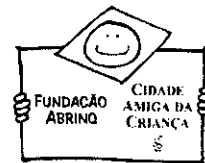




PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO



LEI COMPLEMENTAR Nº 448, DE 03 DE ABRIL DE 2.006.

Altera dispositivos da Lei 1.177, de 16 de outubro de 1.973, da Lei Complementar nº 276, de 25 de fevereiro de 2.000 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar.

Artigo 1º - Acrescenta-se ao Capítulo V, do Título III, da Lei 1.177, de 16 de outubro de 1.973 – Código de Posturas o Artigo 87-A, com a seguinte redação:

“Artigo 87-A – Os criadouros de animais proibidos em área urbana mencionados neste Código, após descumprimento da notificação para a sua remoção, além da multa cabível, estarão sujeitos a interdição do local, desapropriação compulsória da área, e, a remoção dos animais para o Depósito da Municipalidade.

§ 1º - As despesas da remoção, alimentação e cuidados necessários para a sobrevivência do animal correrão por conta do proprietário do animal.

§ 2º - Caso a retirada não seja efetuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os animais serão levados em hasta pública.”

Artigo 2º - Aplica o disposto no artigo 1º desta Lei Complementar à criação de animais de que trata o artigo 16, da Lei Complementar nº 276, de 25 de fevereiro de 2.000.

Artigo 3º - Acrescenta-se no artigo 1º, do Capítulo I, do Título I, da Lei nº 1.177, de 16 de outubro de 1.973, que passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 1º - [...]

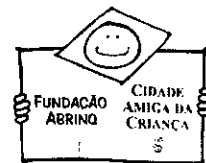
§ 1º - Todas as publicidades instaladas fora do local, em propriedades particulares, cercadas ou não, que tanto o proprietário dos painéis ou das publicidades não tiverem recolhido as referidas taxas aos cofres públicos, serão removidas após descumprimento de notificação para tal finalidade.

§ 2º - Caso a publicidade esteja pintada em muros, tapumes ou similares, a autoridade municipal apagará, e, o ônus correrá por conta do proprietário da empresa publicitária, do proprietário do imóvel ou do beneficiário da publicidade, alternativamente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO



§ 3º - Os terrenos, murados ou não, que se encontrarem com vegetação crescida, causando riscos à segurança ou à saúde pública, após descumprimento da notificação para a limpeza, o serviço será feito pela municipalidade, sem prejudicar a aplicação da multa e a cobrança das despesas.”

Artigo 4º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Leme, 03 de abril de 2.006.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme